



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638820 - SC (2021/0002572-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO BURLANI NEVES - SC036518
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RONALDO ADRIANO WICHINESKI (PRESO)
OUTRO NOME : RONALDO ADRIANO WICHINESK (PRESO)
OUTRO NOME : RONALDO ADRIANO VICHINESKI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONALDO ADRIANO WICHINESKI em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0005349-32.2011.8.24.0041).

O paciente foi condenado às penas de 3 anos de reclusão no regime inicial aberto e de 10 dias-multa, à razão do valor unitário mínimo, pela prática do crime previsto no art. 311 do Código Penal.

O Tribunal de origem manteve a condenação e indeferiu o pleito defensivo voltado à pactuação de acordo de não persecução penal – ANPP, sob o entendimento de que o recebimento da denúncia torna inviável a concessão do benefício.

A impetrante sustenta violação do art. 28-A do Código de Processo Penal, ao argumento de que o ANPP pode ser entabulado ainda que o processo já se encontre em fase recursal.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo de origem. No mérito, pugna pela concessão da ordem para suspender o julgamento da apelação criminal intentada na ação penal de origem, determinando-se a conversão em diligência para efeito de aplicar a regra do art. 28-A em favor do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente